

O ABC do Mercado Voluntário de Carbono



**Capítulo 11:
Por que e como
PIs&CLs se envolvem
com o MVC?**

Capítulo 11: Por que e como Pls&CLs se envolvem com o MVC?

Os povos indígenas e comunidades locais (Pls&CLs) se envolvem com o mercado voluntário de carbono (MVC) principalmente como proprietários e guardiões de terras onde as atividades do MVC são desenvolvidas. Pls&CLs participam voluntariamente do MVC como desenvolvedores de projetos, parceiros consultados e beneficiários das atividades e das receitas do MVC. Em alguns casos, Pls&CLs são envolvidos involuntariamente no MVC porque as atividades são desenvolvidas em suas terras sem a devida consulta ou reconhecimento de seus direitos. A participação plena e equitativa dos Pls&CLs é necessária para o sucesso a longo prazo das atividades do MVC em seus territórios. Desenvolvedores de atividades do MVC, padrões de carbono, governos e compradores de créditos de carbono podem melhorar requisitos e práticas para promover benefícios e mitigar riscos para Pls&CLs.

Por que Pls&CLs estão envolvidos no MVC?

Os territórios de Pls&CLs exibem altas taxas de **armazenamento de carbono** e **biodiversidade**, fornecem **serviços ecossistêmicos** essenciais e têm **significativamente menos desmatamento e degradação** do que as áreas vizinhas. Estima-se que as terras

dos povos indígenas sejam responsáveis por **pelo menos 36%** dos ecossistemas florestais intactos em todo o mundo. Em 2018, estima-se que os Pls&CLs gerenciem **pelo menos 17%** - ou quase 300 toneladas métricas - do carbono total armazenado em 64 países, incluindo em todas as principais regiões de floresta tropical (Figura 11.1). Isso provavelmente é um valor subestimado. Globalmente, o carbono armazenado em terras florestais às quais Pls&CLs têm direitos legais pode chegar a **37,7 bilhões de toneladas** de carbono. Dependendo de como os direitos de posse são alocados, as terras de Pls&CLs têm potencial para sequestrar de **8,69 a 12,93 milhões de toneladas de dióxido de carbono** entre 2020 e 2050.

Os serviços de clima e conservação prestados pelas terras geridas por Pls&CLs atraem investimentos do MVC. Proteger ou restaurar terras de Pls&CLs pode gerar créditos de carbono a partir de soluções baseadas na natureza (**SbN**) que também proporcionem desenvolvimento sustentável ou outros benefícios sociais. Algumas atividades do MVC geram créditos apoiando os direitos e as capacidades dos Pls&CLs para proteger, gerenciar ou restaurar ecossistemas. Créditos de carbono podem ser gerados por meio de atividades que fortaleçam os

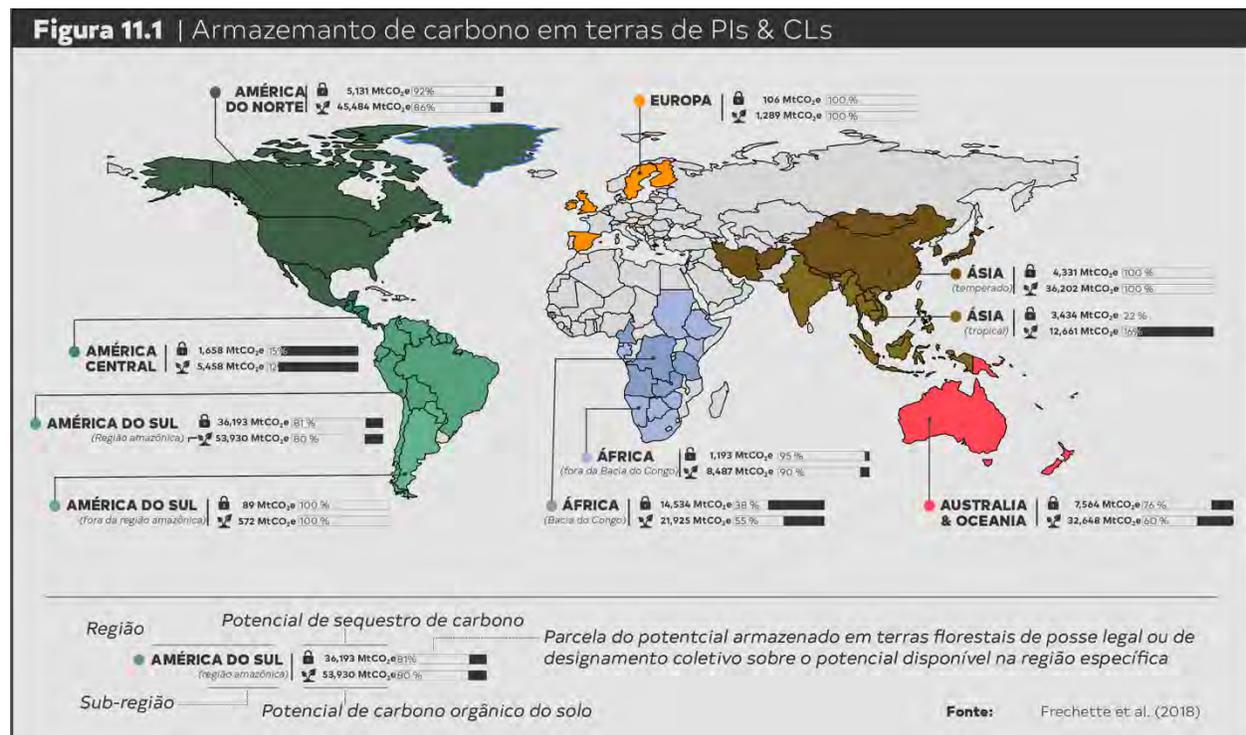
direitos de posse da terra, forneçam educação e meios de subsistência e apoiem a implementação dos planos de gestão territorial dos Pls&CLs. As atividades do MVC também podem ter como objetivo mudar práticas que degradam ecossistemas, desenvolvendo alternativas de subsistência ou apoiando o desenvolvimento sustentável.

Pls&CLs podem optar por desenvolver atividades do MVC por conta própria ou serem engajados por organizações que buscam desenvolver atividades em territórios de Pls&CLs. Quando Pls&CLs optam por desenvolver atividades do MVC ou entrar em acordos de compartilhamento de benefícios por meio de um processo consultivo que segue o consentimento livre, prévio e informado (CLPI), o MVC pode

apoiar suas necessidades e objetivos. Há também casos em que Pls&CLs são involuntariamente envolvidos em atividades do MVC devido a atividades do MVC sendo desenvolvidas em seus territórios sem o seu consentimento. Isso reduz os direitos dos Pls&CLs e traz riscos para o sucesso a longo prazo das atividades do MVC.

Como Pls&CLs estão envolvidos no MVC?

Pls&CLs se envolvem com o MVC quando atividades são desenvolvidas em terras que eles gerenciam ou usam. Pls&CLs são mais frequentemente envolvidos em atividades do MVC por meio de processos de consulta e acordos de **distribuição de benefícios**. Em alguns casos, Pls&CLs podem ser desenvolvedores de atividades, diretamente envolvidos no projeto



e implementação de uma atividade do MVC. Há também casos de envolvimento involuntário, em que uma atividade do MVC impacta Pls&CLs que não foram devidamente consultados.

Consulta

Alguns padrões e metodologias de carbono MVC exigem que comunidades sejam consultadas no desenvolvimento de atividades. Os desenvolvedores de atividades do MVC devem demonstrar conformidade com o direito dos povos indígenas de CLPI, conforme exigido pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI). O CLPI dá aos Povos Indígenas o direito de conceder ou reter o consentimento de atividades que os impactem ou ocorram em seus territórios. Os desenvolvedores de atividades do MVC também podem demonstrar que consultaram as comunidades locais e outros grupos vulneráveis que não estão protegidos pelo DNUDPI. Os processos de [validação e verificação do MVC](#) analisam a conformidade com os requisitos de consulta.

Distribuição de benefícios

Os desenvolvedores de atividades do MVC devem estabelecer acordos de [distribuição de benefícios](#) com os Pls&CLs envolvidos ou afetados por atividades do MVC. As atividades do MVC de [alta qualidade](#) incluem a distribuição de benefícios em atividades de SbN e outras atividades que afetam Pls&CLs. Os

acordos de compartilhamento de benefícios podem fornecer pagamentos financeiros diretos a Pls&CLs ou apoiar necessidades identificadas pelos beneficiários de IP&VC, como a construção de infraestruturas, como escolas ou estradas, apoio à educação ou desenvolvimento de meios de subsistência alternativos ou fortalecimento de direitos e posse da terra. Os governos dos países anfitriões podem definir requisitos de compartilhamento de benefícios que os desenvolvedores de atividades do MVC precisam seguir. A inclusão em planos de distribuição de benefícios estabelecidos por governos não confere direitos de carbono a Pls&CLs.

Desenvolvimento de atividades

Nos casos em que Pls&CLs detêm direitos formais sobre florestas e terras, eles podem reivindicar [direitos de carbono](#) e desenvolver diretamente atividades do MVC em seus territórios. Isso significa que indivíduos, organizações ou grupos de Pls&CLs podem determinar o projeto da atividade do MVC, a implementação e os termos de produção e uso de crédito de carbono. A maioria das atividades do MVC lideradas por Pls&CLs são focadas em [SbN](#). Pls&CLs podem optar por desenvolver atividades do MVC para financiar seus próprios esforços de proteção do ecossistema, apoiar metas locais de desenvolvimento sustentável ou planos de gestão territorial e fortalecer a posse da terra.

Atividades do MVC lideradas por Pls&CLs foram desenvolvidas sob os [padrões de carbono](#) Verra e Plan Vivo, bem como sob alguns padrões de mercados de carbono de cumprimento obrigatório. O padrão Arquitetura para Transações de REDD+ ([Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal mais](#)) / Padrão de Excelência Ambiental de REDD+ (ART/TREES na sigla em inglês) permite o registro de programas de REDD+ desenvolvidos em um ou vários territórios indígenas até o final de 2030. No entanto, até agosto de 2023, nenhum programa jurisdicional indígena havia sido desenvolvido no âmbito da ART/TREES.

Devido à complexidade técnica do desenvolvimento de atividades no MVC, existem poucas atividades do MVC lideradas por Pls&CLs. Além disso, a maioria dos países não reconhece ou formaliza plenamente os [direitos de carbono](#) e terra dos Pls&CLs, o que limita a capacidade desses grupos de desenvolver atividades de forma independente. Na maioria dos casos em que Pls&CLs são desenvolvedores de atividades do MVC, eles trabalham com organizações não governamentais (ONGs) que fornecem suporte técnico e facilitam a negociação de créditos.

Caixa 11.1. Benefícios e desafios de projetos de carbono liderados por indígenas

Projetos de carbono florestal liderados por indígenas podem fornecer segurança financeira e de posse para comunidades indígenas. No entanto, o sucesso dos projetos liderados por indígenas está sujeito à força da governança e ao reconhecimento legal dos povos indígenas nas jurisdições onde esses projetos ocorrem. Exemplos dos Estados Unidos, Colômbia e Brasil demonstram alguns desses benefícios e desafios.

A [tribo Yurok](#), na bacia jusante do rio Klamath, na Califórnia (Estados Unidos), vende contratos de 100 anos para compensações florestais sob o [programa de compensação da Califórnia](#). Os Yurok usaram a venda desses contratos para comprar e restaurar terras florestais em seus territórios ancestrais. Os créditos de carbono são gerados com base na redução da exploração de madeira e na melhoria do manejo que reduz os incêndios florestais.

As [comunidades indígenas](#) representadas pelo Conselho Regional Indígena da Amazônia Média (Colômbia) puderam receber renda estável com a compra de créditos de carbono gerados pelos projetos de REDD+ que desenvolveram. Essas comunidades dizem que a renda dos créditos de carbono lhes permitiu conservar suas florestas e evitar meios de subsistência ilegais ou ambientalmente insustentáveis. No entanto, há [preocupações](#) agora entre as comunidades de que elas percam o acesso a essa fonte de renda, à medida que o governo colombiano busca assumir mais controle sobre as atividades do mercado de carbono.

O Projeto de Carbono Florestal REDD+ Suruí no Pará, Brasil, foi o primeiro projeto de carbono florestal liderado por indígenas. Certificado pelo Verified Carbon Standard (VCS), o projeto gerou quase 300.000 créditos de carbono de 2009 a 2014. Os créditos eram de propriedade de uma associação Suruí e as vendas de créditos eram colocadas no Fundo Suruí. O povo Paiter-Suruí usou os recursos da venda desses créditos para apoiar a defesa de seu território, a governança local e a segurança alimentar. No entanto, em 2014 e 2016, ouro e diamantes foram descobertos no território Paiter-Suruí. Alguns membros da comunidade apoiaram a permissão de atividades extrativistas, argumentando que a extração de madeira e a mineração forneciam mais receita do que a proteção da floresta. O garimpo ilegal também começou e as atividades agrícolas seguiram. O garimpo ilegal e a agricultura resultaram na emissão de menos créditos e, por fim, na suspensão do projeto Suruí pela Verra. O Projeto de Carbono Florestal Suruí foi minado por divisões internas, receitas insuficientes de carbono, conluio entre um líder Suruí e mineradores e falta de apoio do governo brasileiro aos direitos Paiter-Suruí.

Esses exemplos mostram como as comunidades indígenas podem se beneficiar diretamente como desenvolvedoras de projetos e que ambientes de governança estáveis são necessários para garantir benefícios sociais e ambientais de longo prazo. Os Yurok estão em uma posição relativamente única com seus direitos de gestão seguros, exequíveis e de longo prazo. Os desenvolvedores de projetos indígenas de REDD+ na Colômbia e no Brasil enfrentam condições políticas e de governança instáveis que podem levar abruptamente à perda de acesso ao financiamento de carbono.

Envolvimento involuntário

Em alguns casos, Pls&CLs são involuntariamente envolvidos em atividades do MVC. Isso é mais provável de ocorrer onde a propriedade da terra não é clara e a governança é fraca. Grande parte das terras onde as atividades de SbN do MVC são desenvolvidas estão em áreas onde os direitos dos Pls&CLs de posse ou uso da terra não foram reconhecidos ou formalizados. Os governos podem conceder aos desenvolvedores do MVC os direitos sobre terras onde Pls&CLs têm reivindicações não reconhecidas, usam recursos, mas não habitam a terra, ou são assentados ilegalmente. Em outros casos, inescrupulosos

desenvolvedores de atividades estabelecem atividades do MVC sem seguir processos de consulta adequados ou convencem Pls&CLs a participar de atividades do MVC que resultam em perda de propriedade, direitos ou acesso a recursos. Alguns padrões de carbono têm salvaguardas em vigor para evitar o desenvolvimento de atividades do MVC sem consulta a Pls&CLs, mas ainda há riscos de envolvimento não consensual de Pls&CLs, especialmente em regiões remotas e de baixa governança.

Como as atividades do MVC podem promover benefícios e mitigar riscos para Pls&CLs?

A falta de direitos legalmente reconhecidos pode resultar em engajamento insuficiente, fraca [distribuição de benefícios](#) e privação de direitos ou deslocamento de Pls&CLs.

A medida mais importante para garantir que o MVC promova benefícios e mitigue riscos para Pls&CLs é desenvolver atividades do MVC lideradas por comunidades e baseadas no conhecimento local e na inovação indígena. O [Fórum Nacional Australiano de Carbono Indígena](#) pede que os proprietários tradicionais de terras onde projetos de carbono são desenvolvidos sejam tratados como parceiros iguais e que as atividades do mercado de carbono só façam reivindicações sobre o benefício dos povos indígenas se e quando os Pls&CLs forem os parceiros e beneficiários. Os desenvolvedores de atividades do MVC devem atender a essas demandas de grupos e organizações de Pls&CLs para criar atividades que realmente beneficiem Pls&CLs.

Os desenvolvedores de atividades do MVC são responsáveis por garantir que as atividades do MVC ofereçam benefícios e evitem riscos. Eles podem fazer isso considerando e [reconhecendo](#) os direitos de terra, recursos e carbono dos Pls&CLs desde o início do

desenvolvimento da atividade do MVC. Isso inclui o reconhecimento de reivindicações e usos costumeiros e ancestrais de terras e recursos, que podem não ser formalmente reconhecidos em lei. Em muitas regiões, há legados de apreensões de terras, expulsões forçadas e conflitos que resultam em terras de propriedade ou reivindicadas por Pls&CLs passarem a ser controladas por governos ou outros proprietários privados. Os desenvolvedores de atividades do MVC precisam responder a essas reivindicações para determinar como alocar direitos de carbono e estruturar acordos de compartilhamento de benefícios. Os desenvolvedores de atividades podem apoiar Pls&CLs no acesso a serviços jurídicos para esclarecer os direitos à terra e ao carbono.

Os desenvolvedores de atividades do MVC devem orçar e investir tempo e recursos financeiros suficientes para construir confiança e realizar [consultas](#) completas com Pls&CLs. Realizar consultas e obter consentimento pode levar anos. Consultas e CLPI são necessários para desenvolver atividades e acordos de compartilhamento de benefícios com Pls&CLs que atinjam metas climáticas de longo prazo. Se as consultas não tiverem sido conduzidas adequadamente, há uma probabilidade muito maior de que as necessidades de Pls&CLs não sejam atendidas por uma atividade do MVC e os objetivos dessa atividade (por exemplo, evitar a perda de florestas, mudar meios

de subsistência, garantir a posse da terra) não sejam alcançados ou sustentados. Consultas devem ser transparentes com relação a atividades, resultados, expectativas, mudanças e resultados. A consulta adequada permite que Pls&CLs recusem a participação ou introduzam alterações nas atividades do MVC.

Os padrões de carbono podem promover benefícios e mitigar riscos para Pls&CLs, fornecendo orientações e salvaguardas específicas para consultas e [distribuição de benefícios](#). Isso pode incluir a instituição de requisitos e procedimentos para [avaliações de impacto em direitos humanos](#) para REDD+ e outras atividades de [SbN](#). Os padrões de carbono também podem melhorar a acessibilidade de suas plataformas, metodologias e procedimentos de reclamação para Pls&CLs. Isso tornaria mais fácil para Pls&CLs liderarem como desenvolvedores de atividades.

Governos podem promover benefícios e mitigar riscos para Pls&CLs, atribuindo-lhes direitos aos recursos naturais ou reconhecendo seus papéis como administradores dos ecossistemas. Os governos também podem esclarecer como os direitos de carbono e os mercados de carbono serão tratados no futuro, o que fornece aos Pls&CLs e desenvolvedores de atividades do MVC a estabilidade necessária para desenvolver atividades. Onde Pls&CLs têm propriedade clara e

segura de terras ou outros recursos, eles podem ser desenvolvedores de atividades do MVC e usar o financiamento de crédito de carbono para apoiar sua gestão de terras, meios de subsistência e governança.

Os [compradores](#) de créditos de carbono podem realizar avaliações de diligência completas para garantir que os créditos que adquirem foram gerados por atividades do MVC que seguem todas as salvaguardas sociais e promovem benefícios para Pls&CLs. Créditos de carbono com rótulos indicando benefícios sociais – como rótulos emitidos pelo Climate, Community, and Biodiversity Standard ou Gold Standard for the Global Goals – são mais propensos a apoiar direitos e necessidades de Pls&CLs.

Quando o engajamento é feito de forma eficaz, as atividades do MVC podem fortalecer a posição dos Pls&CLs na negociação, proteção e manutenção dos direitos de terra e recursos. Por sua vez, onde Pls&CLs têm direitos garantidos à terra e à floresta, eles podem combater a conversão e a degradação do ecossistema, o que beneficia tanto as comunidades quanto as metas de mitigação das mudanças climáticas.

Leitura adicional

Almás, O., & Merope-Synge, S. (2023). *Carbon Markets, Forests and Rights: An Introductory Series*. Retrieved from <https://www.forestpeoples.org/en/report/2023/carbon-markets-forests-rights-explainer>

Frechette, A., Ginsburg, C., & Walker, W. (2018). *A Global Baseline of Carbon Storage in Collective Lands*. Retrieved October 13, 2021, from https://rightsandresources.org/wp-content/uploads/2018/09/A-Global-Baseline_RRL_Sept-2018.pdf

Garcia, B., Rimmer, L., Canal Vieira, L., & Mackey, B. (2021). *REDD+ and forest protection on indigenous lands in the Amazon*. *Review of European, Comparative & International Environmental Law*, 30(2), 207–219. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/reel.12389>

Lofts, K., Frechette, A., & Kumar, K. (2021). *Status of Legal Recognition of Indigenous Peoples', Local Communities' and Afro-descendant Peoples' Rights to Carbon Stored in Tropical Lands and Forests*. Retrieved September 30, 2021, from <https://rightsandresources.org/publication/carbon-rights-brief/>

Reyes-García, V., Fernández-Llamazares, Á., Aumeeruddy-Thomas, Y., Benyei, P., Bussmann, R. W., Diamond, S. K., et al. (2022). *Recognizing Indigenous peoples' and local communities' rights and*

agency in the post-2020 Biodiversity Agenda. *Ambio*, 51(1), 84–92.

Sarmiento Barletti, J. P., & Larson, A. M. (2017). *Rights abuse allegations in the context of REDD+ readiness and implementation: A preliminary review and proposal for moving forward*. Retrieved August 13, 2023, from <https://www.cifor.org/library/6630/rights-abuse-allegations-in-the-context-of-redd-readiness-and-implementation-a-preliminary-review-and-proposal-for-moving-forward/>

World Resources Institute & Climate Focus. (2022). *Sink or swim: How Indigenous and community lands can make or break nationally determined contributions*. Retrieved from <https://forestdeclaration.org/resources/sink-or-swim/>

Zwick, S. (2019, March 25). *The Story of the Surui Forest Carbon Project*. *Forest Trends*. Retrieved September 28, 2023, from <https://www.forest-trends.org/blog/the-story-of-the-surui-forest-carbon-project/>

Agradecimentos

Autores: Melaina Dyck, Charlotte Streck e Danick Trouwloon

Desenhista: Sara Cottle

Colaboradores: Darragh Conway, Leo Mongendre, Pablo Nuñez, Laura Carolina Sepúlveda e Theda Vetter

Tradução para português: Alan Ichilevici de Oliveira

Data de publicação: Outubro de 2023

O ABC do Mercado Voluntário de Carbono (MVC) é apoiado pela Climate and Land Use Alliance (CLUA). Os autores agradecem aos revisores e parceiros que generosamente contribuíram com conhecimento e experiência para este manual.